

APONTAMENTOS SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

NOTES ON THE NON-CRIMINAL PROSECUTION AGREEMENT

Caroline Schierz¹

RESUMO:

Objetivos: Traçar uma evolução normativa sobre a consensualidade no sistema jurídico brasileiro até o surgimento do acordo de não persecução penal. Abordar as principais aspectos do acordo de não persecução penal: cabimento, requisitos, formalização, homologação, execução, rescisão e extinção pelo cumprimento das condições acordadas. Apontar as divergências existentes sobre a aplicação do acordo de não persecução penal.

Metodologia: A pesquisa desenvolvida utiliza-se do método dedutivo, mediante revisão bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, buscando-se ainda a colheita de dados sobre acordos de não persecução penal firmados pelo Ministério Público.

Problema: Em que medida é possível a aplicação do acordo de não persecução penal?

Palavras-chave: Acordo de não persecução penal; Pacote Anticrime; Lei 13.964/19; artigo 28-A do Código de Processo Civil; Justiça Penal Negocial.

ABSTRACT:

Objective: Tracing a normative evolution on consensuality in the Brazilian legal system until the emergence of the non-criminal prosecution agreement. Address the main aspects of the criminal non-prosecution agreement: pertinence, requirements, formalization, homologation, execution, termination and termination for compliance with the agreed conditions. Point out the existing differences on the application of the non-criminal prosecution agreement.

Methodology

The research carried out uses the deductive method, through a bibliographical, legislative and jurisprudential review, also seeking to collect data on non-prosecution agreements signed by the Public Prosecution Service.

Problem: To what extent is it possible to apply the non-criminal prosecution agreement?

Keywords: Non-criminal prosecution agreement; Anti-Crime Package; Law 13,964/19; article 28-A of the Civil Procedure Code; Negotiable Criminal Justice.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda importantes aspectos do acordo de não persecução penal, instituto introduzido no art. 28-A do Código de Processo Penal pelo Pacote Anticrime (Lei

¹ carolineschierz@gmail.com



13.964/19), mas anteriormente regulamentado pelo artigo 18 da Resolução 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, cuja redação foi alterada pela Resolução 183/2018.

De início, procura-se demonstrar a evolução jurídico-normativa sobre a consensualidade no sistema jurídico brasileiro como um todo, inclusive no Direito Penal e Processual Penal, até o advento do acordo de não persecução penal.

Em um segundo momento é tratado o acordo de não persecução penal em si, requisitos de cabimento e não cabimento, formalização, homologação, condições a serem acordadas, rescisão em caso de descumprimento e extinção da punibilidade pelo cumprimento.

Por fim, aponta-se a existência de divergências sobre a aplicação do acordo de não persecução penal, sobretudo o seu cabimento em processos já em curso quando editada a Lei 13.964/19.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DA EVOLUÇÃO LEGISLATIVA EM BUSCA DA CONSENSUALIDADE AO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

A Constituição Federal prevê no artigo 129, inciso I, o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública pelo Ministério Público, consistindo ainda em sua primeira função institucional (BRASIL, 1988).

O artigo 28 do Código de Processo Penal, em sua redação original, estipulava que, em caso de discordância da promoção de arquivamento do inquérito policial ou de outras peças de informação, o juízo determinaria a remessa dos autos ao Procurador-Geral, o qual poderia oferecer denúncia, solicitar o arquivamento ou designar outro órgão ministerial para tanto. Em caso de persistência do pedido de arquivamento, o juiz, então, estava obrigado a atendê-lo (BRASIL, 1941)¹.

No entanto, no âmbito criminal passaram a surgir espaços de consensualidade, em mitigação aos princípios da obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal pública, visando a solução consensual de controvérsias.

Assim, a Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) é considerada um marco ao estatuir os institutos da composição civil (arts. 72 a 75)², transação penal (art. 76) e suspensão condicional do processo (art. 89), como modelos de justiça penal negocial de primeira dimensão.

Nesse passo, a composição civil dos danos resultantes da infração penal, caso obtida em audiência preliminar, será reduzida a termo e homologada pelo juiz em sentença irrecorrível, possuindo eficácia de título executivo a ser levado ao juízo civil competente (BRASIL, 1995).

Já a transação penal pode ser proposta pelo Ministério Público para a aplicação imediata das penas restritivas de direitos ou multa para infrações penais de menor potencial ofensivo, de ação penal pública incondicionada ou já com representação, desde que o agente não tenha sido condenado definitivamente pela prática de outro crime à pena privativa de liberdade ou tenha sido beneficiado anteriormente no prazo de cinco anos, bem como as circunstâncias judiciais indicarem ser tal medida necessária e suficiente (BRASIL, 1995).

Caso acolhida a proposta de transação penal pelo juízo, após aceitação pelo autor e seu defensor, a imposição de sanção não importará em reincidência, assim como não constará nos antecedentes criminais, sendo seu registro tão somente para impedir a concessão do mesmo benefício no prazo de cinco anos (BRASIL, 1995).

Por fim, a suspensão condicional do processo poderá ser proposta pelo Ministério Público, juntamente com o oferecimento da denúncia, nos crimes cuja pena mínima seja igual ou inferior a um ano, estabelecidas determinadas condições a serem cumpridas no período de prova de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, quais sejam: a) reparação do dano, salvo impossibilidade de o fazer; b) proibição de frequentar certos lugares; c) proibição de se ausentar da comarca onde reside, sem autorização judicial; d) comparecimento mensal em juízo para justificar suas atividades; além de outras condições que podem ser especificadas pelo juízo (BRASIL, 1995).

Para tanto, o acusado não deve estar sendo processado ou ter sido condenado por outro crime, além de preencher os requisitos da suspensão condicional da pena (art. 77 CP).

Para Masson (2011, p. 93), a Lei 9.099/95 sofreu influência do modelo americano de *plea of nolo contendere*, não sendo prescindível o reconhecimento da culpa, cuidando-se de notável exemplo do Direito Penal de 2ª Velocidade, que assim define:

O Direito Penal de 2ª Velocidade caracteriza-se pela incorporação de duas tendências: a flexibilização proporcional de determinadas garantias penais e processuais aliada à adoção das medidas alternativas à prisão. Dessa forma, quando a sanção penal possível de ser aplicada no caso concreto se limitar às restrições de direitos, ou à multa, a ação penal pode

ser mais ágil, uma vez que a disputa entre o acusado e o Estado não envolve tão relevante bem jurídico: a liberdade do ser humano (MASSON, 2011, p. 93).

Em um segundo momento da justiça penal negocial no Brasil, adveio a previsão dos acordos de colaboração premiada pela Lei 12.850/2013, atualmente disciplinada nos artigos 3º-A ao 7º, após as mudanças decorrentes do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019), para crimes de maior complexidade.

O artigo 3º-A fixou a definição legal, colocando fim à divergência sobre a natureza jurídica do instituto, ao classificar o acordo de colaboração premiada como “negócio jurídico-processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos” (BRASIL, 2013b)³.

Em consonância com os preceitos legais, Rogério Sanches da Cunha e Ronaldo Batista Pinto (2013, p. 35) conceituam a colaboração premiada, reafirmando seu escopo de obtenção dos resultados previstos:

A colaboração premiada poderia ser definida, já com base na lei em exame, como a possibilidade que detém o autor do delito em obter o perdão judicial e a redução da pena (ou seja substituição), desde que, de forma eficaz e voluntária, auxilie na obtenção dos resultados previstos em lei. A partir da lei posta, portanto, é incabível a conceituação do instituto, com base, exclusivamente, na delação de comparsa formulada pelo colaborador, já que o prêmio pode ser obtido ainda que ausente essa imputação, como, por exemplo, se em decorrência dela se salvaguardar a integridade física da vítima (CUNHA; PINTO, 2013, p. 35).

Segundo a *Jurisprudência em Teses* do Superior Tribunal de Justiça (edição 193), diversos são os institutos da colaboração premiada da Lei 12.850/2013 e a delação premiada prevista na legislação esparsa, porquanto a colaboração consiste em negócio jurídico-processual, enquanto a delação em ato unilateral do acusado (STJ, 2022). Ainda, a colaboração premiada consubstancia em gênero, do qual a delação premiada seria espécie (STJ, 2022).

Por seu turno, a Lei Anticorrupção Empresarial (Lei 12.846/2013), em seus artigos 16 e 17, dispôs sobre a celebração de acordo de leniência entre o ente público e as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos, desde que estas colaborem de forma efetiva com as investigações no processo administrativo e preencham requisitos específicos (art. 16, § 1º e incisos), à semelhança do acordo de colaboração premiada. Contudo, o acordo de leniência firmado na esfera administrativa não impediria a responsabilização de eventuais sócios ou responsáveis legais na esfera judicial, conforme os artigos 18 e 30 (BRASIL, 2013a).

Em paralelo, o Código de Processo Civil de 2015 estimulou a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos (art. 3º), além de preceituar sua admissibilidade também pela Administração Pública, com a criação de câmaras de mediação e conciliação pelos entes federativos, sem excluir outras formas extrajudiciais (artigos 174 e 175) (BRASIL, 2015).

Além disso, o artigo 190 do CPC disciplinou a convenção pelas partes de negócios jurídicos processuais (BRASIL, 2015), conceituados como “fato jurídico voluntário, em cujo suporte fático se reconhece ao sujeito o poder de regular, dentro dos limites fixados no próprio ordenamento jurídico, certas situações jurídicas processuais ou alterar o procedimento” (DIDIER JUNIOR, 2019, p. 443).

Do igual modo, a Lei da Arbitragem (Lei 9.307/96) foi alterada pela Lei 13.129/2015, com a previsão de procedimento arbitral envolvendo o Poder Público. Ademais, a Lei n. 13.140/2015 (Lei da Mediação) tratou sobre a mediação como forma de solução de controvérsias e autocomposição na Administração Pública.

Por sua vez, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4657/42), após as alterações promovidas pela Lei n. 13.655/2018, em seu artigo 26 instituiu a possibilidade de celebração de compromissos com os interessados, “para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público” (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, deu-se o sugimento do acordo de não persecução penal, a fim de disciplinar uma solução negociada entre o Ministério Público e o investigado nas hipóteses anteriormente não abarcadas pela transação penal e a suspensão condicional do processo, bem como pela colaboração premiada, tendo em vista que havia uma lacuna sobre a aplicação de maior consensualidade com relação aos crimes com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, com mitigação aos princípios da obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal.

3 O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Nessa direção, o Conselho Nacional do Ministério Público editou a Resolução 118/2014 sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público, a qual em seu artigo 1º, parágrafo único, incumbiu-lhe de “implementar e adotar mecanismos de autocomposição, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as

convenções processuais, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão sobre tais mecanismos” (CNMP, 2014).

Para mais, mediante o artigo 18 da Resolução 181/2017, alterado pela Resolução 183/2018, o CNMP disciplinou a proposta de acordo de não persecução penal para as infrações penais com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos e cometidas sem violência ou grave ameaça à pessoa, em não sendo o caso de arquivamento, desde que haja confissão formal e circunstanciada pelo investigado, ajustadas as condições a serem cumpridas cumulativa ou alternativamente (CNMP, 2017).

No entanto, a constitucionalidade do acordo de não persecução penal foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal com a propositura de duas ações diretas de inconstitucionalidade: ADI 5.793, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e a ADI 5.790, pela Associação dos Magistrados Brasileiros, por ter sido instituído por resolução do CNMP e não por meio de lei editada pela União (art. 22, I, CF), assim como seu conteúdo.

Então, a Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), além de trazer significativas mudanças na legislação penal e processual penal, inseriu o artigo 28-A no Código de Processo Penal⁴, disciplinando assim mediante lei o acordo de não persecução penal (ANPP), de forma semelhante ao anteriormente regulamentado pelo CNMP, acrescentando “desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime” (BRASIL, 2019)⁵.

A Orientação Conjunta n. 03/2018 da 2ª, 4ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal já assinalava os requisitos de cabimento do acordo de não persecução penal, tendo sido posteriormente atualizada devido o advento da Lei 13.964/19:

- a) pena mínima abstrata inferior a 4 anos. Para aferição da pena mínima cominada ao delito, deverão ser levadas em consideração as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto;
- b) confissão formal e circunstanciada da infração penal, preferencialmente em termo próprio;
- c) não se tratar de crime cometido com violência ou grave ameaça;
- d) não ser cabível a transação penal dos Juizados Especiais Criminais (art. 76 da Lei 9099/1996);
- e) não ser o investigado reincidente ou não existirem elementos que indiquem que ele tenha conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, salvo no caso de infrações penais pretéritas insignificantes;
- f) não ter sido o investigado beneficiado, nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, por acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo;
- g) não se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticado contra a mulher por razões relacionadas à condição de sexo feminino;

h) ser a celebração do acordo suficiente à reprovação e à prevenção do crime, tendo em vista a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do autor do fato, bem como os motivos e as circunstâncias do crime (artigo 44, inciso III, do Código Penal) (MPF, 2018).

O art. 28-A, § 2º do CPP prevê as condições que podem ser ajustadas no acordo de forma cumulativa ou alternativa, em síntese: a) reparação do dano ou restituição da coisa à vítima, exceto se houver impossibilidade de fazê-lo; b) renúncia voluntária de bens e direitos que sejam instrumentos, produtos ou proveito do crime; c) prestação de serviços à comunidade ou entidade pública pelo período da pena mínima cominada, diminuída de um a dois terços, em local designado pelo juízo da execução; d) prestação pecuniária à entidade pública ou de interesse social, a ser escolhida pelo juízo da execução, que preferencialmente dentre suas funções esteja a proteção de bens jurídicos idênticos ou semelhantes aos pretensamente lesados; e e) eventual cumprimento, por prazo determinado, de outra condição indicada pelo Ministério Público, proporcional e compatível com a infração penal (BRASIL, 2019).

Todavia, não é admissível nas hipóteses previstas no § 2º do mencionado artigo, em suma: a) se for cabível transação penal; b) em caso de reincidência ou “se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas” (BRASIL, 2019); c) o agente tiver sido beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores com transação penal, suspensão condicional do processo ou ANPP; e d) “crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.” (BRASIL, 2019).

A formalização do acordo de não persecução penal dar-se-á por escrito, com a participação do Ministério Público, do investigado e de seu defensor (art. 28-A, § 3º), devendo posteriormente ser homologado em audiência em juízo, com a oitiva do acordante na presença de seu causídico, a fim de se verificar a voluntariedade e a legalidade da avença (§ 4º).

Caso o juiz entenda serem as condições do acordo “inadequadas, insuficiente ou abusivas”, determinará a devolução ao Ministério Público para reformular a proposta, com a concordância do investigado e seu defensor (§ 5º), em homenagem à vedação da proteção ineficiente e à proibição do excesso. Diante do não atendimento dos requisitos legais ou da não adequação da proposta, poderá o juiz recusar a homologação do acordo, remetendo os autos ao *Parquet* para continuidade das investigações ou oferecimento de denúncia (art. 28-A, §7º e §8º).

É cabível recurso em sentido estrito contra a decisão judicial que recusar a homologação do ANPP, com base no art. 581, XXV, do CPP. De outra parte, se houver recusa do órgão ministerial em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá solicitar a remessa ao órgão superior, conforme o artigo 28 do CPP.

Após a homologação do acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos para que o Ministério Público promova sua execução perante o juízo da execução penal (art. 28-A, § 6º). Após cumpridas integralmente as condições do acordo, o juízo decretará a extinção da punibilidade na forma do § 13, não devendo constar dos antecedentes criminais, exceto para não ser o agente beneficiado novamente em 5 (cinco) anos.

Em caso de descumprimento de quaisquer das condições acordadas, o *Parquet* comunicará ao juízo para a rescisão do acordo e posterior oferta de denúncia, podendo também o não cumprimento justificar o não oferecimento de eventual suspensão condicional do processo (art. 28-A, §§ 10 e 11).

Consoante dados apresentados pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em documento intitulado “*Acordos de Não Persecução penal: Investigações mais céleres, eficientes e desburocratizadas*”, atualizados até 6 de abril de 2021, o instituto foi mais comumente utilizado para os crimes de contrabando ou descaminho; estelionato majorado; uso de documento falso; moeda falsa e assimilados; crimes contra o meio ambiente; crimes contra a ordem tributária; falsidade ideológica; falsificação de documento público; crimes contra o Sistema Financeiro; crimes contra a flora; estelionato; falso testemunho ou falsa perícia; peculato; crimes contra as telecomunicações; crimes contra a Ordem Econômica; apropriação indébita; poluição; falsificação/corrupção; e apropriação indébita previdenciária, nesta ordem (MPF, 2021).

MARTINS, LIMA e SOUSA asseveram a possibilidade de celebração de acordo de não persecução penal, uma vez preenchidos os requisitos legais, com pessoas físicas pelo cometimento de “crimes do colarinho branco”, “que são graves crimes corporativos, cometidos com grande frequência em ambientes empresariais por motivação financeira, porém sem violência” (2021, p. 4), o que, entretanto, não afasta a responsabilização objetiva das empresas e aplicação das sanções cíveis e administrativas previstas na Lei Anticorrupção Empresarial, reforçando, assim, a necessidade de adoção de práticas de *compliance*.

4 DIVERGÊNCIAS QUANTO À APLICAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

A Orientação Conjunta n. 03/2018 da 2ª, 4ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal já norteava a celebração do acordo de não persecução penal, tendo sido posteriormente revisada e ampliada com a edição da Lei 13.964/19⁶. Ademais, versando ainda sobre o tema, tem-se os enunciados n.(s) 19 a 29 do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE)⁷.

Nesse passo, o enunciado n. 98 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal assinalou ser cabível o oferecimento de ANPP no curso da ação penal desde que antes do trânsito em julgado, *in verbis*:

Enunciado nº 98

É cabível o oferecimento de acordo de não persecução penal no curso da ação penal, isto é, antes do trânsito em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais, devendo o integrante do MPF oficiante assegurar seja oferecida ao acusado a oportunidade de confessar formal e circunstancialmente a prática da infração penal, nos termos do art. 28-A do CPP, quando se tratar de processos que estavam em curso quando da introdução da Lei nº 13.964/2019, conforme precedentes, podendo o membro oficiante analisar se eventual sentença ou acórdão proferido nos autos configura medida mais adequada e proporcional ao deslinde dos fatos do que a celebração do ANPP. Não é cabível o acordo para processos com sentença ou acórdão após a vigência da Lei nº 13.964/2019, uma vez oferecido o ANPP e recusado pela defesa, quando haverá preclusão.

Alterado na 187ª Sessão de Coordenação, de 31/08/2020.

O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do HC 657.165/RJ em 09/08/2022, de relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, definiu o acordo de não persecução penal como um “negócio jurídico pré-processual entre o órgão (consoante sua discricionariedade regrada) e o averiguado, com o fim de evitar a judicialização criminal, e que culmina na assunção de obrigações por ajuste voluntário entre os envolvidos”, ressaltando não se tratar de direito subjetivo do réu ou de mera faculdade do Ministério Público, mas sim um poder-dever deste último.

Além disso, no voto do HC 657.165/RJ, distinguiu-se o ANPP dos institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo, embora todos sejam formas de Justiça Penal Negociada: “Enquanto na transação penal o acordo é de cumprimento de penas (não privativas de liberdade) e no *sursis* processual já há um processo instaurado, no acordo de não persecução penal se acerta o cumprimento de condições (funcionalmente equivalentes a penas)” (STJ, 2022). Para mais, entendeu-se no mesmo julgado que a ausência de confissão do investigado durante o

inquérito policial não é fator impeditivo para a análise pelo Ministério Público de eventual oferecimento do acordo (STJ, 2022).

Por fim, saliente-se ainda a existência de discussão sobre a possibilidade de aplicação retroativa do acordo de não persecução penal para fatos anteriores à vigência da Lei 13.964/2019, sendo que parte da jurisprudência entende ser cabível desde que não tenha ocorrido o recebimento da denúncia, porquanto com o início da persecução penal em juízo não seria possível retroceder (a exemplo, a Quinta Turma do STJ)⁸, enquanto outra parte tem aceito nos processos em curso sem trânsito em julgado (Sexta Turma do STJ)⁹.

Desse modo, com o escopo de dirimir a divergência de entendimento jurisprudencial entre a Quinta e Sexta Turmas do Superior Tribunal de Justiça sobre a retroatividade e cabimento do acordo de não persecução penal, aguarda-se o julgamento do HC 185.913/DF perante o Supremo Tribunal Federal, em que o Exmo. Relator Min. Gilmar Mendes, ao afetar o tema ao plenário, suscitou preliminarmente as seguintes questões-problemas:

- a) O ANPP pode ser oferecido em processos já em curso quando do surgimento da Lei 13.964/19? Qual é a natureza da norma inserida no art. 28-A do CPP? É possível a sua aplicação retroativa em benefício do imputado?
- b) É potencialmente cabível o oferecimento do ANPP mesmo em casos nos quais o imputado não tenha confessado anteriormente, durante a investigação ou o processo? (STF, 2020).

Por seu turno, em parecer lançado nos aludidos autos de *habeas corpus*, em 28 de fevereiro de 2021, o então Vice-Procurador-Geral da República, Humberto Jaques de Medeiros, manifestou-se pela não retroatividade do acordo de não persecução penal no caso por já ter ocorrido o trânsito em julgado, além de tratar sobre a necessidade da confissão para o formalização do acordo de não persecução penal, sendo que sua ausência da fase investigatória ou processual (desde que antes do trânsito em julgado) eventualmente não impediria posterior acordo, conforme se extrai do seguinte excerto da ementa:

PARECER

Tráfico de drogas. Agravo regimental no agravo em recurso especial. Ausência de pressuposto de admissibilidade recursal. Fixação e contagem de prazos processuais nos tribunais. Supressão de instância. Lei processual penal material nova. Direito intertemporal. Caso julgado. Eficácia retrospectiva. Retroação. Acordo de não persecução penal. Confissão. Maus antecedentes.

(...)

7. Transitada em julgado a sentença condenatória, não há coação ilegal atribuível ao tribunal de origem que deixa de aplicar lei processual penal mais benigna que entra em



vigor após o julgamento da apelação, cabendo ao juízo da execução, quando provocado, decidir sobre o cabimento da pretensão.

8. O art. 28-A do Código de Processo Penal tem aplicação "imediata" (*rectius*: eficácia retrospectiva) a processos que estavam em andamento, inclusive na fase recursal, quando do surgimento da Lei n° 13.964/2019.

9. E desinfluyente para a aplicação "imediata" da norma processual penal mais favorável que ela cunha natureza material ou processual.

10. A retroatividade da lei penal processual material mais benigna pressupõe uma sucessão normativa em sentido estrito, o que não ocorre nos casos julgados já executados.

11. Sendo um instrumento destinado a favorecer e facilitar o decurso do processo-crime, não faz sentido aplicar o acordo de não persecução penal nas hipóteses em que a sentença já transitou em julgado, independentemente do estágio em que se encontra a execução penal.

12. A confissão deve necessariamente integrar o acordo de não persecução penal.

13. A credibilidade da confissão pode e deve ser objeto de sindicância pelo juiz responsável pela homologação do acordo de não persecução penal, a fim de se evitar declarações meramente formais, vazias de conteúdo.

14. Desde que a confissão sirva como elemento probatório dirigido ao esclarecimento e comprovação dos fatos objeto do processo e não como simples declaração ou assunção de culpa, não há razão para deixar de utilizá-la para fundamentar, nos moldes do verbete n° 545 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, futura condenação em caso de descumprimento do acordo de não persecução penal.

15. Eventual ausência de confissão na fase investigatória ou processual não obsta as conversações dirigidas à formação do acordo de não persecução penal se o imputado revelar disponibilidade para apresentá-la em momento posterior àquele previsto no ato previsão no art. 6º, inciso V do Código de Processo Penal ou em qualquer outro, inclusive na fase recursal, conforme autoriza o art. 196 daquele diploma legal mas não após o trânsito em julgado.--, desde que a iniciativa ainda se mostre útil para o Ministério Público.

16. Antecedentes criminais decorrentes de penas privativas de liberdade e de sanções previstas no §4º do art. 76 da Lei n° 9.099/1995 extintas há mais de cinco anos podem ser valorados para os fins do arc. 28-A, § 2º, incisos I e II, segunda parte, do Código de Processo Penal. (MPF, 2021).

Além disso, no corpo do mencionado parecer, reforçou-se que o artigo 28-A do Código de Processo Penal não se confunde com uma norma despenalizadora:

60. Como primeiro ponto de apoio para essa tese, surge a necessidade da precisa caracterização da **finalidade** do art. 28-A do Código de Processo Penal, que **não é uma norma despenalizadora**. O desconhecimento da distinção entre lei processual penal mais benigna e lei descriminalizadora conduz a decisões judiciais equivocadas no que diz respeito à **retroatividade** da *lex mitior*, pois se contivesse uma norma processual penal material *despenalizadora*, o dispositivo atingiria também os casos com condenações transitadas em julgado já executadas, o que não ocorre, como já se referiu.

61. O **objetivo primário** do acordo de não persecução penal é abreviar o processo-crime. Portanto, sendo um **instrumento destinado a favorecer e facilitar o decurso do feito**, não faz sentido aplicá-lo nas hipóteses em que a sentença condenatória já fez coisa julgada, independentemente do estágio em que se encontra a 'atividade judicial, exercida de modo coativo, que tem como escapo efetivar o conteúdo do julgado condenatório firme", definida como execução penal. Essa fase processual simplesmente "não mais condiz com a finalidade para qual o benefício foi instituído" (MPF, 2021, p. 16).

Entretanto, apenas com o julgamento do Habeas Corpus n. 185.913/DF pelo plenário do Supremo Tribunal Federal que as questões suscitadas sobre a retroatividade do acordo de não persecução penal e eventual necessidade de confissão anterior para a sua formalização virão a ser clarificadas.

5 RESULTADOS

O presente trabalho demonstrou a existência de inovações legislativas no ordenamento jurídico pátrio como um todo, em busca de maior consensualidade como alternativa ao processo judicial, para maior eficiência, celeridade e efetividade, assim, igualmente, no Direito Penal e Processual Penal.

Por fim, tendo em vista ser recente a alteração promovida pelo Pacote Anticrime, com a inserção do instituto do acordo de não persecução penal no artigo 28-A do Código de Processo Penal, entende-se ser possível a continuidade da presente pesquisa com a busca de dados concretos sobre os acordos de não persecução penal firmados pelo Ministério Público e as questões que ainda suscitam dúvida sobre sua aplicação.

Ante o exposto, os acordos de não persecução penal são uma evolução de uma Justiça Penal Negociada, contudo, ainda há incertezas sobre sua aplicação e apenas será possível avaliar a efetividade do instituto com a produção de maiores dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15 maio 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. . Acesso em 15 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021). Brasília: Presidência da



República, 1992. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em 15 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm. Acesso em 15 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm. Acesso em 15 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em 15 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília: Presidência da República, 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 15 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018. Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13655.htm. Acesso em 15 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm. Acesso em 15 maio 2023.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Crime organizado: comentários à nova lei sobre o crime organizado.** Salvador: Juspodivm, 2013.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Resolução n. 118 de 1º de dezembro de 2014:** Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-118-1.pdf>. Acesso em 15 maio 2023.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Resolução n. 181 de 7 de agosto de 2017.** Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público. Disponível em:



<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-118-1.pdf>

<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-181-1.pdf>. Acesso em 15 maio 2023.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: parte geral e processo de conhecimento. 20 ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

MARTINS, R.; LIMA, W. F. de; SOUSA, N. M. de. Acordo de Não Persecução Penal nos Crimes de “Colarinho Branco”: Reflexos Diretos nas Sociedades Empresariais. **Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional**, Florianópolis (SC), v. 9, n. 1, p. e0360, 2021. DOI: 10.37497/revistacejur.v9i1.360. Disponível em:

<https://revistadocejur.tjsc.jus.br/cejur/article/view/360>. Acesso em: 21 maio. 2023.

MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado**: parte geral. Vol. 1. 4. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Acordos de Não Persecução penal: Investigações mais céleres, eficientes e desburocratizadas. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen (Subprocuradora-Geral da República). Abril/2021. Disponível em https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/apresentacoes/apresentacao_anpp_webinario-zoom_lcff.pdf. Acesso em 15 maio 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Orientação Conjunta nº 03/2018 - Acordos de não-persecução penal - revisada e ampliada a partir da edição da Lei 13.964/2019. 2ª, 4ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão. Disponível em <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/orientacoes/documentos/orientacao-anpp-versao-10-03-2020-ampliada-e-revisada>. Acesso em 15 maio 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Parecer. Habeas Corpus n. 185.913/DF. Procuradoria-Geral da República. Brasília, 8 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/mpf-retroatividade-anpp-nao-ocorre.pdf>. Acesso em 15 maio 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Jurisprudência em Teses. Edição n. 193. 3 junho 2022. Da colaboração premiada. Disponível em <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/JuriTeses/article/view/12470/12570>. Acesso em 15 maio 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Habeas Corpus n. 657.165/RJ, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 9/8/2022, DJe de 18/8/2022. Disponível em https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202100976515&dt_publicacao=18/08/2022. Acesso em 15 maio 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Habeas Corpus n. 185.913/DF, Relator Ministro Gilmar Mendes, Paciente: Max Willians de Albuquerque Vilar, Impetrante: Abel Gomes Cunha, Coator: Superior Tribunal de Justiça, Brasília/DF, 22 de setembro de 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344488197&ext=.pdf>. Acesso em 15 maio 2023.

